LIBERDADE ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA CORRELAÇÃO ENTRE PAÍSES

Neivim Tielle Coelho¹ Gustavo Nunes Mourão²

RESUMO

O presente estudo teve por tema verificar a existência de correlação entre a liberdade econômica e o desenvolvimento humano em 132 países. O problema de pesquisa consistiu em mensurar esta relação. Adotou-se a hipótese de que existiria a correlação positiva entre as duas variáveis. Para se testar a validade da hipótese, o objetivo geral foi desdobrado em três objetivos específicos: Definiu-se o que é liberdade econômica e de que forma é mensurado o índice de liberdade econômica. Conceituou-se desenvolvimento humano e foi descrito o índice de desenvolvimento humano. Verificou-se a existência de correlação estatística entre os dados e de quanto é esta correlação. Foi realizado uma Pesquisa exploratória de método indutivo e quantitativo e para estabelecer a correlação entre os dois índices utilizou-se o Método dos Mínimos Quadrados, onde através de uma regressão linear simples gerada através do software Microsoft Excel® pode-se concluir que embora haja uma correlação direta, a correlação é baixa sendo de 47,79%. Afirma-se então, que o aumento da liberdade econômica, ou seja, a redução da intervenção do estado na economia influência de forma positiva no desenvolvimento humano, mas é importante ressaltar que a liberdade econômica não pode ser considerada a única variável suficiente para explicar o desenvolvimento humano de uma nação.

Palavras-chave: Correlação. Índice de Liberdade Econômica. Índice de Desenvolvimento Humano. Países.

Acadêmica do 6º período de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC). E-mail: ntielle@gmail.com

Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professor da FAE Centro Universitário. E-mail: gustavo.mourao@fae.edu

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por tema discutir se a liberdade econômica influencia o desenvolvimento humano, esta análise será feita com 132 países. O problema de pesquisa consiste em verificar se existe correlação entre o Índice de Liberdade Econômica e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e quanto representa essa correlação para identificar se há vantagens ou desvantagens na intervenção do governo na economia.

A hipótese admitida neste trabalho é de que a liberdade Econômica influencia o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O objetivo geral foi o de mensurar esta correlação, e se desdobrou em três objetivos específicos, que foram: Definir o que é liberdade econômica e verificar de que forma é mensurado o índice de liberdade econômica; conceituar desenvolvimento humano e descrever o índice de desenvolvimento humano; verificar se existe correlação estatística entre os dados e de quanto é esta correlação.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O fator que determina o desenvolvimento econômico de uma região tem sido objeto das mais diversas discussões ao longo da história do pensamento econômico. Em 1776, Adam Smith escreve "A Riqueza das Nações", discutindo entre outros assuntos, o desenvolvimento econômico e o papel do estado. Para Smith (1985) a forma como o trabalho era dividido em uma sociedade explicava o seu grau de desenvolvimento. Dessa forma, um camponês trabalhador da Inglaterra do século XVIII tinha acesso a uma infinidade de bens muito maior do que a de muitos reis da África que eram "senhores absolutos das vidas e das liberdades de 10 mil selvagens nus" (SMITH, 1985, p.47). Esse fato decorria da situação do camponês em viver em uma sociedade onde o trabalho era muito melhor dividido, possibilitando a todos colher os frutos do progresso.

Outro aspecto defendido por Smith (1985) é que a atuação do estado em assuntos econômicos devia-se limitar à defesa nacional, administração da justiça e a atividades relevantes em que não houvesse interesse da iniciativa privada.

No século XX, após a crise de 1929, o debate sobre o papel do estado é aceso novamente através do livro "Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda", de John Maynard Keynes, em 1936. Keynes (2003) defende que em épocas de crise o estado deve intervir aumentando seus gastos a fim de suprir a insuficiência da demanda agregada, aumentando o nível de emprego, renda e bem-estar em uma economia.

No mesmo período, regimes totalitários ascendem ao poder em grande parte

da Europa aplicando amplamente a doutrina intervencionista. Na Europa Ocidental esses regimes somente seriam depostos com a Segunda Guerra Mundial. Após a guerra, ocorre uma reação acadêmica ao intervencionismo, notadamente advinda de autores austríacos contrários ao nazismo, consolidando a Escola Austríaca de Economia, reconhecida por ser favorável a um estado mínimo. Entre seus principais representantes estão Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek.

Trigo (2016) referia-se ao debate econômico entre Keynes e Hayek, como um debate que "nunca termina". John Maynard Keynes, economista britânico, defende a intervenção do estado na economia, já o austríaco Friedrich von Hayek defende o liberalismo. Trigo afirma ainda que Hayek, marcado pela experiência em primeira mão da hiperinflação na Alemanha no começo dos anos 20, acreditava que alterar o equilíbrio econômico "natural" resultaria inevitavelmente em inflação galopante, enquanto Keynes afirmava que a miséria e o desemprego em massa, característicos do fim de um ciclo, poderiam ser encurtados com medidas e gastos governamentais.

Assumindo a hipótese de que a liberdade econômica influencia o desenvolvimento humano e mais especificamente com intenção de verificar se essa influência se dá de forma positiva, será analisado o pensamento de alguns autores que defendem o liberalismo, ou seja, o livre mercado para fundamentar nossa hipótese.

Em sua obra, "o caminho da servidão", Hayek (2010) aponta um alerta para a redução gradual das demais liberdades ao reduzir-se a liberdade econômica e aumentar a intervenção do estado. Para o autor, a economia é um sistema muito complexo para ser planejado por uma instituição central, ou seja, o governo. A economia deve evoluir espontaneamente, por meio do livre mercado.

Mises (1998) considera que a liberdade econômica não pode estar dissociada de outros tipos de liberdade, sendo essa condição necessária ao desenvolvimento. Para ele, a economia deve ser livre e quem decide se os produtos apresentados fiquem no mercado é o consumidor com sua liberdade individual. Mises defende o capitalismo puro, em suas obras ele descreve que o capitalismo aplicado com intervenção do governo está afetando a liberdade dos indivíduos estando assim relacionado com ideais socialistas.

Não é justo que o governo aplique o dinheiro do povo onde bem entender, o que seria "bom" para uma pessoa pode ser "ruim" para outra, o intervencionismo prejudica automaticamente a livre-concorrência. (Mises 1998).

Dessa forma, pode-se observar que os defensores do livre mercado creem fundamentalmente que a alocação de recursos via mercado é mais eficiente e mais justa que a alocação efetuada por uma autoridade central como o governo. Para esses

autores os desequilíbrios e distorções econômicas como inflação, subdesenvolvimento e má distribuição de renda podem ser melhor resolvidos através dos mecanismos de mercado.

Observa-se abaixo o conceito das variáveis utilizadas, explicada sua metodologia de cálculo, bem como, os resultados encontrados através da pesquisa quantitativa.

1.1 DESENVOLVIMENTO HUMANO

A ideia para concepção do IDH surge para diferenciar o desenvolvimento humano como um processo das escolhas das pessoas de outras metodologias meramente econômicas. O pensamento central é que se possa mensurar capacidades e oportunidades para que a população como um todo e principalmente o indivíduo possa ser aquilo que deseja ser. Em outras palavras, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil, 2016), diferentemente do viés do crescimento econômico, que entende o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades, pois somente a primeira opção é insuficiente para medir desenvolvimento de uma nação.

A geração de riquezas é importante, mas apenas como um instrumento do desenvolvimento, como um meio e não apenas fim. Trata-se de modificação significativa, pois através do desenvolvimento humano o foco é transferido do crescimento econômico para a população. Deste modo parte-se do pressuposto de que o avanço na qualidade de vida de uma população vai além do viés puramente econômico, devendo-se considerar outras características importantes como as condições propícias à saúde e longevidade, oportunidades de educação e renda.

Essa virada conceitual é a base primordial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O objetivo primordial, segundo Mahbub ul Haq, é desviar o foco do desenvolvimento da economia e da contabilidade de renda nacional para políticas centradas em pessoas, mesmo com a dificuldade de capturar toda a complexidade das capacidades humanas em um único índice, mas um único número chamaria a atenção das autoridades para a concentração econômica na questão do bem-estar humano.

1.2 O INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH

Com o objetivo de oferecer um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O Índice de Desenvolvimento Humano Foi criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998. Dessa forma, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH.

1.3 O INDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA – ILE

A Fundação Heritage publica anualmente desde 1995, um Índice de Liberdade Econômica, classificando os países de acordo com sua fidelidade aos preceitos do livre mercado e do livre comércio.

O Índice de Liberdade Econômica, que mede o grau em que as políticas e instituições de um país apoiam a sua liberdade de escolhas, quais sejam seus pilares basilares, o da escolha pessoal, o da troca voluntária, o da competição interna mercadológica e o da garantia da propriedade privada.

Para se elaborar o indicador, quarenta e duas variáveis são utilizadas para medir o grau de liberdade econômica em cinco grandes áreas: Tamanho do Governo e políticas públicas; Ordenamento jurídico e garantias individuais; Confiança na economia; Liberdade de comércio e; Regulação interna.

Os principais elementos da liberdade econômica são: escolha pessoal; troca voluntária coordenada por mercados; liberdade para entrar e competir no mercado; e proteção de pessoas e sua propriedade de agressão por outros.

Essa liberdade se dá enquanto não houver dano a outrem. Em uma sociedade economicamente livre, o principal papel do governo é proteger os indivíduos e sua propriedade de agressão de terceiros. O ILE é utilizado para mensurar o grau em que essas instituições e políticas estão sendo consistentemente asseguradas por um determinado país.

Economistas referem a este tópico da literatura como Nova Economia Institucional. Nota-se então, que as instituições influenciam efetivamente nas diferenças entre países em relação a renda per capita e crescimento econômico. Outros fatores, incluindo características culturais, clima e local podem também ser importantes, mas atributos institucionais geralmente tem mais poder de explicação.

A Nova Economia Institucional destaca a importância do projeto Liberdade Econômica do Mundo. Os dados do ILE provem a mensuração mais completa do grau em que os países relegam a alocação de recursos ao mercado em relação ao processo de alocação político.

Os dados para verificar a correlação foram retirados da Série histórica de índices sobre liberdade econômica de 2010 e também da Série histórica de índices de desenvolvimento humano. Para facilitar a análise, os dados do índice de desenvolvimento humano na hora de fazer a regressão foram multiplicados por 100. Foi utilizado o software Microsoft Excel® para se obter os resultados apresentados a seguir:

TABELA 1 – Índice de liberdade econômica (ILE) e índice de desenvolvimento humano (IDH) continua

PAÍS	ILE*	IDH**	PAÍS	ILE*	IDH**	PAÍS	ILE*	IDH**
Noruega	69,400	0,944	Estônia	74,700	0,861	Malásia	64,800	0,779
Austrália	82,600	0,935	Chipre	70,900	0,850	Sérvia	56,900	0,771
Suíça	81,100	0,930	Eslováquia	69,700	0,844	Cuba	26,700	0,769
Dinamarca	77,900	0,923	Polônia	63,200	0,843	Líbano	59,500	0,769
Alemanha	71,100	0,916	Malta	67,200	0,839	Costa Rica	65,900	0,766
Irlanda	81,300	0,915	Lituânia	70,300	0,839	Sri Lanka	54,600	0,757
Estados Unidos	78,000	0,913	Arábia Saudita	64,100	0,837	México	68,300	0,756
Canadá	80,400	0,913	Argentina	51,200	0,836	Brasil	55,600	0,755
Nova Zelândia	82,100	0,907	Emirados Árabes	67,300	0,835	Azerbaijão	58,800	0,751
Suécia	72,400	0,907	Chile	77,200	0,832	Jordânia	66,100	0,748
Reino Unido	76,500	0,899	Portugal	64,400	0,830	Ucrânia	46,400	0,747
Islândia	73,700	0,894	Hungria	66,100	0,826	Argélia	56,900	0,736
Israel	64,700	0,892	Croácia	59,200	0,818	Peru	63,800	0,734
Luxemburgo	75,400	0,891	Montenegro	63,600	0,802	Peru	67,600	0,734
Japão	72,900	0,890	Belarus	48,700	0,798	Albânia	66,000	0,733
Bélgica	64,200	0,888	Romênia	64,200	0,793	Armênia	69,200	0,733
França	64,200	0,888	Omã	67,700	0,793	Equador	49,300	0,732
Áustria	71,600	0,885	Uruguai	69,800	0,793	Santa Lúcia	70,500	0,729
Finlândia	73,800	0,883	Cazaquistão	61,000	0,788	China	51,000	0,727
Espanha	69,600	0,876	Barbados	68,300	0,785	Mongólia	60,000	0,727
Itália	62,700	0,873	Bulgária	62,300	0,782	Fiji	60,300	0,727
Grécia	62,700	0,865	Panamá	64,800	0,780	Tailândia	64,100	0,726

TABELA 1 – Índice de liberdade econômica (ILE) e índice de desenvolvimento humano (IDH) conclusão

PAÍS	ILE*	IDH**	PAÍS	ILE*	IDH**	PAÍS	ILE*	IDH**
Líbia	40,200	0,724	Guiana	48,400	0,636	Nigéria	56,800	0,514
Dominica	63,200	0,724	Nicarágua	58,300	0,631	Camarões	52,300	0,512
Tunísia	58,900	0,721	Marrocos	59,200	0,628	Ilhas Salomão	42,900	0,506
Colômbia	65,500	0,720	Namíbia	62,200	0,628	Mauritânia	52,000	0,506
São Vicente e Granadinas	66,900	0,720	Guatemala	61,000	0,627	Comores	44,900	0,503
Jamaica	65,500	0,719	Tajiquistão	53,000	0,624	Lesoto	48,100	0,497
Tonga	53,400	0,717	Índia	53,800	0,609	Haiti	50,800	0,497
República Dominicana	60,300	0,715	Honduras	58,300	0,606	Ruanda	59,100	0,483
Belize	61,500	0,715	Butão	57,000	0,605	Uganda	62,200	0,483
Suriname	52,500	0,714	Timor-Leste	45,800	0,595	Benin	55,400	0,480
Maldivas	49,000	0,706	Vanuatu	56,400	0,594	Djibouti	51,000	0,470
Samoa	60,400	0,702	Guiné Equatorial	48,600	0,587	Senegal	54,600	0,466
Botswama	70,300	0,698	Zâmbia	58,000	0,586	Etiópia	51,200	0,442
Egito	59,000	0,690	Gana	60,200	0,579	Libéria	46,200	0,430
Gabão	55,400	0,684	Bangladesh	51,100	0,570	Mali	55,600	0,419
Indonésia	55,500	0,684	São Tomé e Príncipe	48,800	0,555	Moçambique	56,000	0,416
Paraguai	61,300	0,679	Camboja	56,600	0,555	Serra Leoa	47,900	0,413
Uzbequistão	47,500	0,675	Nepal	52,700	0,548	Burkina Faso	59,400	0,402
Vietnã	49,800	0,666	Quênia	57,500	0,548	Barundi	47,500	0,400
África do Sul	62,800	0,666	Paquistão	55,200	0,538	Chade	47,500	0,392
El Salvador	69,900	0,666	Angola	48,400	0,532	Eritrea	35,300	0,391
Cabo Verde	61,800	0,646	Suazilândia	57,400	0,531	Níger	52,900	0,348

FONTE: Fundação Heritage (2016) e PNUD Brasil (2016). Elaborado pelos autores.

Ao aplicar o método dos mínimos quadrados ordinários aos dados apresentados na tabela 1, encontrou-se os resultados apresentados nas tabelas 2 e 3.

TABELA 2 – Resumo dos resultados

Estatística de regressão					
R múltiplo	0,691324254				
R-Quadrado	0,477929225				
R-Quadrado ajustado	0,473943951				
Erro padrão	10,96315176				
Observações	133				

Fonte: Elaborado pelos autores

Os resultados apresentados na tabela 2 sugerem que a variável liberdade econômica explica 47,79% do variável desenvolvimento humano, com um erro padrão de 10,963%. Na tabela 3 são apresentados os resultados da análise de variância:

TABELA 3 – Anova

	gl	SQ	MQ	F	F de significação
Regressão	1	14413,72899	14413,72899	119,9238329	3,24019E-20
Resíduo	131	15744,98123	120,1906964		
Total	132	30158,71023			

Fonte: Elaborado pelos autores

A análise da Variância é um cálculo estatístico, o qual determina a existência, ou não, de diferença significativa entre as médias de várias variáveis, advindas da mesma população. Através da tabela ANOVA, procura-se determinar se determinado fator sofre alterações significativas, ou apenas são simples obra do acaso. Utilizaremos da tabela 3 o F calculado = 119,92 para posteriores considerações.

TABELA 4 – Resumo dos resultados

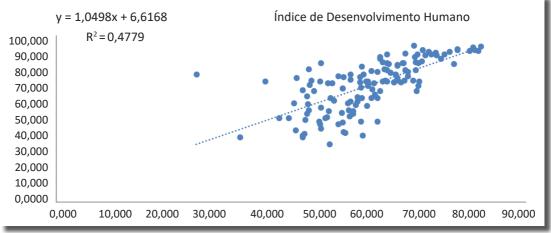
	Interseção	ILE*
Coeficientes	6,616812688	1,049786192
Erro padrão	5,87934103	0,095862358
Start t	1,125434407	10,95097406
Valor-P	0,262462697	3,24019E-20
95% inferiores	-5,013926324	0,860147582
95% superiores	12,2475517	1,239424803
Inferior 99,0%	-8,751081953	0,799213449
Superior 99,0%	21,98470733	1,300358936

Fonte: Elaborado pelos autores

y = 1,0498x + 6,6168 $R^2 = 0,4779$ n = 132 (10,95) (1,125) F = 119,92

Graficamente pode-se observar a plotagem e o ajustamento dos dados à reta de regressão através do gráfico 1:

GRÁFICO 1 – Gráfico de dispersão



Fonte: Elaborado pelos autores

Para verificar a validade da regressão foram efetuados também os testes de significância das variáveis.

1.4 TESTE DE SIGNIFICÂNCIA DO INTERCEPTO

ESTABELECENDO HIPÓTESES

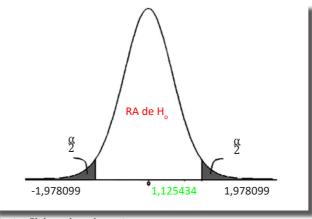
H0: b0 = 0 (o intercepto não é estatisticamente significativo)

H1: b0 ≠ 0 (o intercepto é estatisticamente significativo)

 $\alpha = 5\% (0.05)$

O teste T com relação ao intercepto procurou verificar sua significância. Através desse resultado não foi possível rejeitar a hipótese nula, de que o intercepto não é estatisticamente significativo.

GRÁFICO 2 – Teste T (bilateral)



Fonte: Elaborado pelos autores

A Tabela 5 mostra as estatísticas para o teste t:

TABELA 5 – Teste T (duas amostras presumindo variâncias diferentes)

	ILE*	IDH**
Média	60,52406015	70,15413534
Variância	99,08335612	228,4750775
Observações	132	132
Hipótese de diferença de média	0	
gl	228	
Stat t	-6,13636389	
P (T<=t) uni-caudal	1,85043E-09	
t crítico uni-caudal	1,651564228	
P (T<=t) bi-caudal	3,70087E-09	
t crítico bi-caudal	1,970423195	

Fonte: Elaborado pelos autores

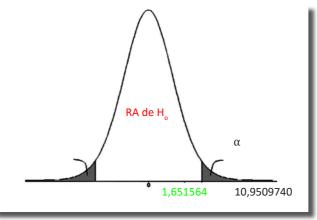
Os dados apresentados na tabela 5 mostram as estatísticas encontradas no teste t no qual não foi possível rejeitar a hipótese nula com relação ao intercepto. Entretanto, também foi testada a influência do coeficiente angular, representado pela liberdade econômica através do teste t de student.

ESTABELECENDO HIPÓTESES

H0: b1 = 0 (a variável liberdade econômica não influencia o desenvolvimento Humano) H1: b1 > 0 (a variável liberdade econômica influencia o desenvolvimento Humano) α = 5% (0,05)

O gráfico 3 mostra o resultado do teste T dentro da área de rejeição de H0, evidenciando a hipótese de que a variável liberdade econômica influencia o desenvolvimento humano.

GRÁFICO 3 – Teste T (unilateral a esquerda)



Fonte: Elaborado pelos autores

Este resultado é importante por mostrar que efetivamente pode-se rejeitar a hipótese de que a variável liberdade econômica não é estatisticamente significativa. A tabela 6 mostra as estatísticas encontradas através do teste t para a variável liberdade econômica (coeficiente angular da regressão).

Tabela 6 – Teste T (duas amostras presumindo variâncias diferentes)

	ILE*	IDH**
Média	60,52406015	70,15413534
Variância	99,08335612	228,4750775
Observações	132	132
Hipótese de diferença de média	0	
gl	228	
Stat t	-6,13636389	
P (T<=t) uni-caudal	1,85043E-09	
t crítico uni-caudal	1,651564228	
P (T<=t) bi-caudal	3,70087E-09	
t crítico bi-caudal	1,970423195	

Fonte: elaborado pelos autores

• Resultado: Rejeitar H0 / Aceitar H1

A variável liberdade econômica influencia de forma positiva a variável desenvolvimento humano, ou seja, quanto maior a liberdade econômica melhor será o desempenho do índice de desenvolvimento humano.

2 METODOLOGIA

O método de pesquisa é exploratório e documental, com consulta de dados no *site* da Fundação Heritage, que é responsável em calcular o Índice de Liberdade Econômica e o *site* das Nações Unidas, que mensura o Índice de Desenvolvimento Humano. Também serão consultados os livros de e artigos científicos para a melhor discussão e definição da liberdade econômica e do desenvolvimento humano, dentre eles estão, GUJARATI, D. N. **Econometria Básica,** HAYEK, F.A. **O caminho da servidão e** MISES, Ludwig Von. **As seis lições**, além da interpretação dos resultados.

A abordagem utilizada será quantitativa utilizando-se de dados secundários coletados nas instituições em uma amostra não-probabilística, ou seja, serão utilizados os dados mais recentes disponíveis para os países em 2016.

A técnica de análise será estatística, pois com os dados coletados será aplicado o método dos mínimos quadrados ordinários para se efetuar uma regressão linear simples, indicando o grau de correlação entre as variáveis.

2.1 REGRESSÃO SIMPLES

Segundo Marques e Marques (2009) a regressão linear tem por objetivo determinar a função da relação entre duas ou mais variáveis que podem ou não ser controladas.

Onde:

Y é a variável resposta (dependente);

F (x) é a função de regressão.

X é a variável explicativa (independente);

ε é o componente aleatório da variação de Y;

2.2 MÉTODO DOS MÍNIMOS QUADRADOS ORDINÁRIOS

Gujarati (2000) afirma que "Há vários métodos de construção da Função de Regressão Amostral (FRA), mas, no que interessa à análise de regressão, o método utilizado com mais frequência é o método dos mínimos quadrados ordinários (MQO)". Este método consiste em encontrar um estimador que minimiza a soma dos quadrados dos resíduos da regressão, de forma a maximizar o grau de ajuste do modelo aos dados observados

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema de pesquisa consistia em verificar se havia correlação entre o índice de liberdade econômica e o índice de desenvolvimento humano. A pesquisa encontrou um resultado afirmativo, confirmando a hipótese levantada anteriormente.

O objetivo geral deste trabalho foi o de mensurar a correlação entre as duas variáveis estudadas, e encontrou-se a correlação de 47,79%. Indicando influência positiva entre os dois indicadores. Os demais objetivos específicos serviram para que se chegasse ao objetivo geral.

Alguns pontos limitantes da pesquisa encontram-se no fato de não encontrar os índices no mesmo período, coincidir para encontrar os dois índices mensurando os mesmos países e de testar a correlação do desenvolvimento humano com somente uma variável explicativa.

Sugere-se para pesquisas futuras a aplicação de métodos mais sofisticados como a abordagem de regressão com dados em painel para a verificação dos resultados, além da inclusão de mais variáveis explicativas para o modelo, visto que a liberdade econômica não pode ser considerada a única variável suficiente para explicar o desenvolvimento humano de uma nação.

Não se pretende com essa pesquisa encerrar o debate sobre a intervenção do estado sobre as economias, ou concluir de forma definitiva a influência da liberdade econômica sobre o nível de desenvolvimento dos países, mas sim o de reacender este debate que perpassa o campo econômico e ocupa o espaço político.

Sabe-se também que sociedades mais desenvolvidas tendem a optar por maior liberdade econômica, que abriria espaço para questionamentos a respeito da relação causa-efeito, que poderia ser testada em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

FEAR the boom and bust. 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/ watch?v=2ilOZUWbdP8>. Acesso em: 17 jun. 2017.

GUJARATI, D. N. Econometria básica. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2000.

HAYEK, F. A. O caminho da servidão. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

MARQUES, J. M.; MARQUES, M. A. M. **Estatística básica para cursos de engenharia**. Curitiba: Domínio do Saber, 2009.

MILLER, T.; HOLMES, K. R. **2010** índice de liberdade econômica: a relação entre oportunidade econômica e prosperidade. Heritage Foundation: Washington, 2011. Disponível em: http://www.heritage.org/index/pdf/2010/index2010_highlights_portuguese.pdf. Acesso em: 9 abr. 2016.

MISES, L. V. **As seis lições**. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. 6. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Série histórica de índices de desenvolvimento humano**. Disponível em: http://www.undp.org/content/brazil/pt/home. Acesso em: 9 abr. 2016.

TRIGO, L. **Keynes, Hayek** e as origens de um debate econômico que nunca termina, maio 2016. Disponível em: http://g1.globo.com/pop-arte/blog/maquina-de-escrever/post/keynes-hayek-e-origens-de-um-debate-economico-que-nunca-termina.html. Acessado em: 22 jun. 2017. Acesso em: 9 abr. 2016.

SMITH, A. A riqueza das nações. São Paulo: Ediouro,1986.